

Problematizando a Segunda Guerra Mundial

Jorge Ferreira*

FERRO, Marc. *História da Segunda Guerra Mundial*. Tradução de Mauro Lando e Isa Mara Lando. São Paulo, Ática, 1995, 192 pp.

Poucos são os acontecimentos vividos pelas coletividades humanas que - pela amplitude, intensidade e repercussão - atingem países diversos, nacionalidades inteiras, e têm a capacidade de marcar a memória das sociedades pelas décadas seguintes. A Segunda Guerra Mundial, acreditamos, foi um desses episódios.

Embora o tema seja constantemente revisitado pelos historiadores sob os mais diferentes interesses e enfoques, parece existir determinadas questões que não são discutidas abertamente. Por exemplo, por que os italianos, mesmo sob o regime fascista, não demonstraram sentimentos contrários aos judeus, enquanto na França o anti-semitismo latente aumentou após a ocupação alemã, permitindo que o regime de Vichy promovesse arbitrariedades, prisões e deportações em massa? Falta de informações seguras para discussões mais serenas ou temas que, a exemplo dos tabus, são interditados, proibitivos?

Marc Ferro, co-editor da revista *Annales* e conhecido por seus estudos em história contemporânea, é partidário da segunda alternativa. Elegendo 11 questões e tratando-as como história-problema, de acordo com a tradição inaugurada por Marc Bloch e Lucien Febvre, o autor, em *História da Segunda Guerra*, explora assuntos ainda controvertidos, divergentes e, alguns deles, tabus.

Entre os temas mais polêmicos, sem dúvida, é como definir o nazismo. Fascista, “totalitário”...? Para Ferro, é inquietante o processo de banalização do nazismo com a utilização de expressões como essas, particularmente se considerarmos a contribuição dos próprios estudiosos do assunto. Um esforço inicial para definir o fascismo partiu da primeira Escola de Frankfurt que, recorrendo à psicanálise, explicou o fenômeno pela frustração sexual, o apelo da “personalidade” autoritária, entre outros mecanismos do inconsciente. Tais

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense.

explicações vulgarizaram-se de tal maneira que, nos anos 60, em qualquer sociedade, mesmo nas mais democráticas, bastava uma autoridade política se afirmar para logo ser qualificada de “fascista”. A excessiva vulgarização do termo, portanto, minimizou o nazismo e, no mesmo movimento, diluiu os horrores perpetrados pelo III *Reich*.

Na expressão “totalitarismo”, a subestimação das particularidades do nazismo é ainda mais evidente. Se antes da Segunda Guerra somente os regimes de Hitler e Mussolini se definiam como totalitários, após 1945 o conceito se estendeu também para a antiga União Soviética. Com Hannah Arendt, mas sobretudo com Carl Friedrich, Zbigniew Brzezinski e Ernst Nolte¹, a equiparação dos campos de extermínio nazistas com os *gulags* soviéticos encobriu o racismo, um dos pontos básicos da política hitlerista. Em vários estudos, a conclusão, surpreendente, é a de que o nazismo, como uma forma extremada do fascismo, surgiu em reação ao “totalitarismo” soviético e, para se defender, foi obrigado a imitá-lo nos genocídios. Contradição flagrante, diz Ferro. Na impossibilidade de negar a existência das câmaras de gás, embora tivessem a ousadia, as interpretações “revisionistas” e “negacionistas” responsabilizaram a URSS pelos grandes massacres e, por esta brecha, desculpabilizaram o nazismo, apresentando exemplos variados de genocídios: nas colônias européias, no faroeste norte-americano ou nas ditaduras dos países pobres, entre outros exemplos, os extermínios de populações inteiras também aconteceram. Chega-se, portanto, ao estágio avançado de normalização do nazismo - no Brasil, até mesmo Getúlio Vargas tem sido considerado um político “totalitário”. Para o autor, definir o III *Reich* como “fascista” ou por generalizações como “totalitário” é encobrir a característica central do regime: o ódio racial e o projeto de dizimação em massa não somente de judeus, mas também de eslavos, ciganos, deficientes físicos, cardíacos, entre outros.

Ao dar excessivo poder às técnicas de propaganda e ao terror político, a teoria do “totalitarismo” desvia também a atenção de outro tema discutido por Marc Ferro: a colaboração com o nazismo nos países ocupados pela Alemanha. Alguns tipos são analisados pelo autor. No primeiro, Dinamarca, Noruega e Bélgica, existiram movimentos e líderes políticos francamente racistas e simpáticos aos nazistas antes mesmo da invasão dos exércitos alemães. A suástica, naqueles países, não era propriamente uma novidade. O segundo caso, francês, Ferro define como “colaboracionismo de Estado”, personificado no primeiro-ministro Pierre Laval. O terceiro engloba os países-satélites da Alemanha que apresentaram variações diversas, desde a colaboração aberta dos governos da Eslováquia e Romênia até a mais modesta do búlgaro. As populações da República Tcheca e de boa parte da croata, por sua vez, resistiram ao invasor. Por fim, o caso da Ucrânia, onde as divisões alemãs foram recebidas pela população como “libertadoras”. Neste caso, a colaboração obedeceu a uma estratégia patriótica: obter a independência de Moscou. Os líderes ucranianos constituíram

¹ARENDR, Hannah Arendt, *O sistema totalitário*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978; C. Friedrich e Z. Brzezinski, *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. Cambridge, Harvard University Press, 1956 e E. Nolte, *Nazionalismo e bolscevismo: la guerra civile europea 1917-1945*. Firenze, Sansoni Editora, 1988.

um exército que inicialmente lutou contra o Exército Vermelho, depois contra os alemães e, no final da guerra, novamente contra os soviéticos.

Adesão ao nazismo, mas também recusa, eis outra questão explorada pelo autor. Novamente a complexidade das situações não permitem modelos teóricos abstratos, destituídos de historicidade. Houve casos, como o da Polônia, em que a resistência ocorreu logo após a ocupação alemã. Para os poloneses, uma antiga tradição acostumou-os a rechaçarem qualquer invasão estrangeira. Na França, as experiências foram bastante diversas. A derrota foi tão humilhante que qualquer reação parecia ridícula. Pétain e De Gaulle, por exemplo, desaconselhavam enfrentamentos. Somente em 1942, quando a ocupação criou o Serviço de Trabalho Obrigatório, recrutando jovens para trabalhar nas indústrias bélicas na Alemanha, é que a resistência francesa adquiriu um caráter ofensivo e de massa.

Resistência armada, muitas vezes heróica, como a iugoslava e a do norte da Itália, mas também velada, manifestada em recusas coletivas e desobediência civil. Na Holanda, os médicos, em repúdio à fascistização de seu sindicato, fundaram um outro, clandestino; na Noruega, os professores, os juízes da Suprema Corte e, mais tarde, a hierarquia superior da Igreja se demitiram quando Quisling, líder político que aderiu ao nazismo, subiu ao poder. Na Dinamarca, os trabalhadores largavam os copos de chope e abandonavam os bares assim que um oficial nazista chegava; ainda nesse país ocorreu a transferência de 7.000 judeus de Copenhague para a Suécia durante uma só noite, com a ajuda e a cumplicidade da população. Na própria Alemanha ocorreram resistências. Mulheres alemãs protestaram quando viram seus maridos judeus presos. As igrejas protestante e católica forçaram Hitler a suspender o extermínio dos deficientes físicos e, embora não demonstrassem a mesma determinação em relação aos judeus, batizaram grande número deles na tentativa de salvá-los. Os vários atentados militares para assassinar Hitler demonstram que seu poder não foi “total”.

Entre o colaboracionismo e a resistência, Marc Ferro discute também no livro a difícil, e talvez constrangedora, situação do Partido Comunista Francês. A notícia do pacto germano-soviético repercutiu entre os comunistas franceses, mas não só entre eles, com grande impacto. Embora a onda anticomunista e anti-soviética varresse o país, o PCF aprovou o pacto e culpou os capitalistas ingleses e alemães pela ameaça da guerra. Não satisfeitos, os dirigentes do PCF, seguindo a política traçada pelo Komintern, abandonaram a campanha antifascista e passaram a pregar a luta contra a guerra, acusando a aliança belicista anglo-francesa e poupando a Alemanha. O mal-estar nas bases do partido e, sobretudo, nos sindicatos foi geral. Quando a URSS invadiu a Polônia, a imagem dos comunistas tornou-se crítica: agentes dos soviéticos, mas também dos alemães. Após a derrota francesa para a Alemanha, os dirigentes do PCF não esboçaram qualquer reação e, inclusive, pediram às autoridades alemãs responsáveis pela ocupação permissão para publicar, na legalidade, seu jornal, *L'Humanité*. Somente em junho de 1941, quando a URSS foi atacada pela Alemanha, os comunistas franceses decidiram pela resistência armada.

Não basta explicar os equívocos do PCF pela sua dependência ao Komintern, embora o alinhamento com Moscou fosse incondicional. Segundo Marc Ferro, os líderes comunistas elaboraram suas próprias estratégias políticas

comparando a situação da Rússia pré-revolucionária com a da França invadida. Em ambos os casos, acreditavam os líderes do PCF, teria ocorrido um vácuo no poder, permitindo a emergência de forças revolucionárias. Na França ocupada, portanto, a revolução bolchevista era um evento possível e próximo, imaginavam os comunistas. O paralelismo histórico, no entanto, escamoteou a difícil situação do partido. A repressão desencadeada em 1939 reduziu seus quadros de 318.000 para 180 a 200 militantes quando a Alemanha invadiu o país. Seja como for, em 1945, os dirigentes do PCF sofreram um processo por falta de patriotismo.

Os comunistas, no entanto, não formaram uma comunidade à parte na sociedade francesa. Afinal, as vitórias iniciais de Hitler e Mussolini fascinaram boa parte da população da França. Utilizando o cinema como fonte, uma de suas especialidades, Ferro reconstitui, em outro capítulo do livro, expectativas sociais de países que, mais tarde, foram envolvidos pela guerra.

Na França, os filmes produzidos entre 1937 e 1938, via de regra, apresentaram temáticas e personagens marcados pela anglofobia latente e pelo anti-semitismo muitas vezes explícito. O inglês, nos filmes, não era confiável e a colaboração com a Alemanha surgia como algo possível. O nazismo, não por acaso, estava praticamente ausente das telas dos cinemas. O colaboracionismo, portanto, era um dado político e cultural na sociedade francesa antes mesmo da invasão alemã.

Nos Estados Unidos, a situação foi diversa. Embora a sociedade norte-americana demonstrasse forte isolacionismo, os governantes eram severos em relação ao fascismo. Roosevelt e seus conselheiros estabeleceram um programa de incentivo ao cinema, sistemático e subsidiado, para desacreditar o fascismo. *O grande ditador*, *Casablanca* e inúmeros outros filmes situam-se nesse contexto. Na União Soviética, os cineastas também condenaram o anti-semitismo dos nazistas e denunciaram o inimigo que, mais tarde, atacaria o país. Contudo, preocupados excessivamente com a educação, governo e sociedade não deram tanta importância ao cinema quanto à palavra escrita.

Os nazistas, ao contrário dos soviéticos, tornaram o cinema a base de sua propaganda política. A produção cinematográfica nazi explorou três grandes temáticas: a anglofobia, a exemplo dos filmes que lembravam o “genocídio” praticado pela Inglaterra contra os irlandeses; a solidariedade com os povos oprimidos, como os bôeres ameaçados de crueldades pelo imperialismo inglês; e, claro, o anti-semitismo. Neste último caso, o filme *O judeu Süss* tinha uma mensagem tão violentamente racista e antijudaica que sua exibição em Marselha, em 1941, desencadeou *pogroms*, situação que nunca havia ocorrido na cidade.

Mais do que o sentimento anti-semita de franceses e alemães, o genocídio de milhões de judeus perpetrados pelos nazistas é, sem dúvida, uma das questões centrais da Segunda Guerra, sendo também discutido por Marc Ferro. Quem sabia e o que se sabia sobre os massacres, pergunta o autor.

Hoje, após tantas informações sobre os crimes nazistas, é difícil, para não dizer impensável, acreditar que, na época, ninguém “soubesse de nada”, exceto os executores diretos. Assim, devemos confiar na crença do passado - “sabiam muito pouco” - ou na do presente - “sabiam tudo”? Novamente as generalizações são difíceis. Na Itália, país aliado da Alemanha, nem Mussolini nem o regime eram, de

fato, anti-semitas. O partido fascista tinha militantes judeus em suas fileiras que, nas sinagogas, comemoraram a vitória militar sobre a Etiópia. O Duce, por várias vezes, condenou o anti-semitismo alemão. Somente em 1937, com a constituição do Eixo, Mussolini elaborou uma política contra os judeus, mas cujas leis foram poucas e mal aplicadas. Na zona italiana da França ocupada, por exemplo, os *carabinieri* ajudavam os judeus a escapar da polícia de Vichy. Na Dinamarca, país ocupado pela Alemanha, a resistência do rei e da população às medidas anti-semitas foram exemplares. Os policiais dinamarqueses preferiam morrer nos campos de concentração a perseguir os judeus.

Na França, ao contrário da Itália fascista, a campanha anti-semita já ecoava mesmo antes da invasão e só fez aumentar com a chegada dos alemães. Organizações políticas e jornais franceses de extrema-direita atacavam os judeus com as piores ofensas: “Morte aos judeus! Morte à vilania, à duplicidade, à esperteza judaica! Morte ao argumento judaico! Morte à usura judaica! Morte à demagogia judaica! Morte a tudo que é falso, feio, sujo, repugnante, negróide, mestiço, judeu!”, pregava o jornal francês *Au Pilari*, em 1941. O governo colaboracionista de Vichy não apenas adotou medidas humilhantes, como a obrigação do uso de estrelas amarelas e o carimbo em documentos, mas promoveu prisões e deportações em massa. Embora o regime de Vichy afirmasse que somente os judeus sem nacionalidade francesa seriam perseguidos, os de origem francesa que viviam nas regiões ocupadas também foram deportados.

Assim, tanto na Alemanha quanto nos países invadidos sabia-se que os judeus eram enviados em vagões ferroviários para algum lugar. Mas sabiam para onde e para o quê? É verdade que não houve ordem explícita de Hitler ou de Goebbels para o extermínio - argumento muito utilizado pelos “revisionistas”. Mas não foi preciso. O nazismo tomou uma infinidade de medidas que, isoladas e justapostas, permitiu que os alemães ignorassem, ou desejassem ignorar, o que estava acontecendo, diz Ferro. A compartimentação das atividades que envolviam o extermínio, desde o ponto de partida ao de chegada, assegurava que um profissional não soubesse a exata função do outro. Mas como os ferroviários poderiam desconhecer o destino dos passageiros amontoados nos vagões, os trabalhadores químicos não perceber para que fabricavam o gás *cyklon*, os juristas, os funcionários, os policiais, entre tantas outras categorias, ignorar a finalidade de suas funções? Sabemos que o nazismo tornou as câmaras de gás um segredo de Estado, mas a estratégia não impediu que milhares de pessoas conhecessem, ou ao menos suspeitassem, de sua existência. Se o número dos “executores diretos” do extermínio é calculado entre 300.000 e 400.000 pessoas, os “indiretos”, sem dúvida, são multiplicados em muitas vezes. Portanto, pelo menos na Alemanha, é difícil garantir que “poucos sabiam”.

Situação diversa ocorreu nos outros países. Facilitou o trabalho nazi, sem dúvida, a incapacidade de governos e sociedades em acreditar que o holocausto fosse possível. Londres e Washington, por exemplo, consideravam que os judeus exageravam no relato de seus sofrimentos. Na França, se o governo colaborou com os nazistas nas perseguições, os próprios judeus, mesmo eles, não acreditaram no extermínio. A idéia corrente entre as autoridades francesas era a de que as deportações visavam arregimentar mão-de-obra para a Alemanha ou, então, levar os

judeus para a Europa central e confiná-los definitivamente nessa região. “Mas o fato de que eles não imaginavam a realidade”, diz Ferro, “não os isenta de uma responsabilidade criminal”. Afinal, a polícia, os gendarmes, a administração e os funcionários franceses lotavam os vagões dos trens com pessoas apavoradas sem se importar com o destino delas.

A estratégia nazista do segredo, portanto, foi bem-sucedida. Com as notícias raras e dispersas sobre o massacre durante a guerra, muitos não acreditaram e tantos outros não quiseram acreditar. O anti-semitismo presente em diversas sociedades européias, a cumplicidade e a omissão atuaram a favor do holocausto. Quando os norte-americanos descobriram os campos de extermínio, a identidade das vítimas não era clara para eles. No primeiro relatório a Eisenhower, em abril de 1945, os militares diziam haver cadáveres de dissidentes políticos, presos comuns, religiosos e gente que recusou o trabalho obrigatório. Somente nas últimas linhas do texto lemos: “Parece que os judeus, os russos e os poloneses foram tratados com maior severidade do que as outras nacionalidades.”

Outros temas também são explorados por Marc Ferro, como o suposto “jogo duplo” de Pétain, o pacto germano-soviético, o ataque japonês nem tão “surpreendente” a Pearl Harbor, a virada da guerra e os dilemas dos povos colonizados. Em todos eles encontramos a história como problema e a preocupação em ressaltar as diferentes tradições culturais de cada sociedade envolvida na guerra, em detrimento dos modelos abstratos e das teorizações generalizantes.

Em uma época em que o nazismo é banalizado e muitos jovens, desiludidos ou desinformados, cultuam a suástica, *História da Segunda Guerra* é valioso para lembrar o que aconteceu, não faz tanto tempo... Sobretudo porque o hitlerismo, diferente dos fascismos e do bolchevismo, pregou o ódio racial, praticou o extermínio premeditado, consciente e sistemático de milhões de homens, mulheres e crianças e, não menos grave, transformou o horror em norma social.

[Recebido para publicação em maio de 1996]